



CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

Waldecy Rodrigues¹

Resumo

Capital social é um elemento intangível que é encontrado nas relações sociais e pode atuar como conformador de ações coletivas e individuais eficazes. Espera-se que quanto maior sua presença em uma região maior também sejam os níveis de desenvolvimento econômico. O objetivo principal é verificar se existem relações entre os níveis de capital social com o desenvolvimento humano nos municípios e regiões brasileiras. Metodologicamente, foi criado nesta pesquisa o Índice do Capital Social (ICS) e aplicado em todos os municípios brasileiros. O resultado encontrado demonstra que o nível de capital social é baixo, porém com muitas variações regionais. Outro resultado importante foi demonstrar, que a semelhança de outros estudos interacionais sobre capital social feitos no mundo, encontrou-se no caso brasileiro correspondências positivas entre o capital social, capital humano e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Capital social; mensuração do capital social; desenvolvimento regional.

Recebimento: 23/12/2016 • Aceite: 9/11/2017

¹ Doutor em Estudos de Desenvolvimento Comparado (UnB), com pós-doutorado em Economia (UnB). Docente da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil. E-mail: waldecy@terra.com.br

SOCIAL CAPITAL AND REGIONAL DEVELOPMENT IN BRAZIL

Abstract

Social capital is an intangible element that is found in social relations and can act as a shaper of effective collective and individual actions. It is hoped that the greater its presence in a larger region is also the levels of economic development. The main objective is to verify if there are relations between levels of social capital and human development in Brazilian municipalities and regions. Methodologically, this research was created the Social Capital Index (SCI) and applied in all Brazilian municipalities. The result found shows that the level of social capital is low, but with many regional variations. Another important result was to demonstrate that the similarity of other interactional studies on social capital made in the world found in the Brazilian case a positive correlation between social capital, human capital and human development.

Keywords: Social capital; measurement of social capital; regional development.

Introdução

A obtenção de uma trajetória desenvolvimento econômico, com qualidade de vida, é um desafio altamente contemporâneo para os países e suas regiões. Dois pontos se apresentam como relevantes nesta questão: 1 – O estilo de desenvolvimento mais adequado para que a partir de recursos escassos obtenha-se a melhor qualidade de vida possível; 2 – Os capitais (econômico, humano, social) necessários para se investir para a otimização destas trajetórias de estilo de desenvolvimento. A escassez destes capitais é um fato sempre presente, por isto a busca por suas melhores combinações faz toda a diferença na busca pelo desenvolvimento regional.

O crescimento econômico não é suficiente para resolver todos os problemas sociais, pelo contrário, dependendo de sua qualidade e trajetória, tende a gerar desigualdades na distribuição da renda e problemas ambientais severos. A melhoria no bem-estar da população, deve ser a fonte última dos objetivos de um governo e sociedade de um país. Ter um foco excessivo no crescimento econômico, e não olhar para a dimensão social e ambiental inerentes ao processo, pode causar sérios e irreversíveis transtornos para desejáveis trajetórias de desenvolvimento perseguidas pelos países e suas regiões. Essa postura teórica, aproxima-se bastante da perspectiva adotada pelo economista indiano Amartya Sen.

O trabalho de Sen (2000) aperfeiçoou o conceito de desenvolvimento econômico, que pode-se alargar aqui a mesma compreensão para a sua escala regional. O autor argumentou que o objetivo do desenvolvimento econômico não pode ser mero crescimento da renda e sim expansão das liberdades humanas. Dessa forma, a liberdade humana foi definida como principal fim e meio do desenvolvimento econômico. Liberdade humana é basicamente a possibilidade de escolha, desfrutar de algo ou não. Exemplos destas liberdades são: acesso à alimentação saudável, acesso à educação, à saúde, à informação, ao mercado, à transparência política, a auxílios financeiros em momentos de crise, de ter uma vida longa e agradável, a igualdade de gênero, entre outros tipos de coisas que as pessoas valorizam em suas culturas locais (SEN, 2000).

Em relação termos do que é necessário para se buscar as trajetórias de desenvolvimento geradoras de qualidade de vida, além dos investimentos necessários em capital físico e humano, Sen (2000) defende que para que uma economia capitalista torne-se desenvolvida há a necessidade de se ter instituições formais para que funcione corretamente e, acrescento as normais informais que gerem

comportamentos individuais e coletivos pró-ativos em direção a decisões que promovam o desenvolvimento. Aqui abre-se uma perspectiva analítica que pode incorporar a ideia do capital social, enquanto um conformador das instituições que contribuem para promover o desenvolvimento humano.

Uma abordagem interessante do capital social é encontrada no trabalho de Woolcock (1998) sobre desenvolvimento econômico. O autor descreve quatro tipos de capital social em dimensões macro e micro, que são relevantes ao processo de desenvolvimento. No nível micro consiste em laços intracomunitários (*embeddedness*) ou como redes extracomunitárias (*autonomia*). Ao nível macro, o capital social pode ser pensado como a capacidade que os governos têm de construir respostas eficazes em conjunto e favor da sociedade (*embeddedness*) ou a capacidade institucional de uma comunidade (*autonomia*). A vantagem desta perspectiva é que ela reconhece a natureza formal e informal do capital social, bem como a ideia de que o capital social tem características individuais e comunitárias.

Capital social é encontrado na relação social entre membros de uma sociedade civil, nas palavras de Coleman (1988), ou comunidade cívica, nos termos de Putnam (2000). Putnam (2000) destaca que as relações sociais são equilibradas tanto pela confiança como também pela falta dela. Afinal, também é uma ação racional preferir agir isoladamente e não coletivamente. Porém, quando existe comunidade cívica é melhor para os seus participantes (em vários aspectos) agir em grupo através da cooperação.

Engbers et al. (2016) destacam que as pesquisas com uso da categoria do capital social, vem se espalhando nas diversas áreas do conhecimento no âmbito internacional. Os textos mais citados sobre capital social nas últimas duas décadas em diferentes áreas do conhecimento foram: na economia (Christoforou e Davis, 2014; Fukuyama, 1996; Knack e Keefer, 1997; Woolcock 1998), sociologia (Coleman, 1988; Portes 1998 e 2014; Putnam 2000), ciência política (Fine, 2001; Nannicini et al., 2013; Putnam et al., 1994; Rothstein, 2001), psicologia social (Cook, 2005), educação (Croninger e Lee 2001) e na comunicação (Gil de Zu'niga et al, 2012). Também, existem muitos outros trabalhos com o uso da categoria em diversas outras áreas, chamando particular atenção a área de saúde (Agampodi, 2015).

Engbers et al. (2016) levantam que a origem conceitual do capital social e suas aplicações é bastante contestada. Porém, ressalta-se a grande contribuição do tratado de Coleman (1988) - *Sobre Capital Social na Criação do Capital Humano* - para esclarecer por quais caminhos o capital social de fato contribui para as condições do

desenvolvimento humano. Nele, Coleman (1988, p 98) define estes caminhos do capital social como "os aspectos da estrutura social que facilitam determinadas ações dos atores dentro da estrutura ... Fazendo possível a realização de certos fins que, na sua ausência, não seriam possíveis".

Enquanto a confiança mútua reforça a cooperação e contribui para a eficiência das instituições, a ausência de confiança interpessoal contribui para o equilíbrio não cooperativo. Então, confiança nos participantes de uma comunidade cívica é racional no sentido de pressupor que o próximo preferirá agir de maneira a contribuir para o benefício mútuo. Assim, a não cooperação é um equilíbrio estável enquanto a cooperação não passa de um equilíbrio condicionado à existência de confiança interpessoal. Capital social também pode ser acumulado, sendo que para (Bourdieu, 1980, p. 67) "o volume de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada membro desse grupo".

A origem histórica da teoria do capital social tem sido objeto de muitos debates, incluindo a atribuição a Durkheim e outros sociólogos seminais (Portes, 1998), mas em um contexto contemporâneo, a maioria dos estudiosos atribui sua popularidade moderna a Bourdieu (1980) com maior reconhecimento trazido por Coleman (1988). Bourdieu descreveu o capital social como "o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo ou reconhecimento". Bourdieu continua a esclarecer que o capital social se refere aos benefícios da adesão ao grupo que se acumulam para os indivíduos.

Para Engbers et al. (2016) o estudo do capital social não parece estar diminuindo. Em vez disso, o conceito é cada vez mais utilizado para aplicações práticas, tais como fomentar o desenvolvimento econômico. Em uma época de orçamentos cada vez mais apertados e de recursos decrescentes para recursos públicos, uma melhor compreensão do capital social é necessária para justificar o apoio aos programas de enriquecimento comunitário. Uma melhor compreensão da medida dos capitais sociais ajuda neste e em outros casos aplicados.

No contexto brasileiro, merece destaque o trabalho de Rodrigues et al. (2012) que levanta a importância de se considerar não somente variáveis econômicas enquanto condicionantes do desenvolvimento econômico regional. Para os autores precisamos ir além da visão econômica tradicional e considerar que em sua

complexidade, o desenvolvimento regional também é explicado, por um lado, pelos investimentos feitos em educação, o chamado capital humano, e por outro, pela organização social e participação cívica, o chamado capital social. Esses autores encontraram uma relação direta entre os níveis de capital social com indicadores de desenvolvimento humano dos municípios.

Assim, o objetivo central deste trabalho é verificar se existem relações entre os níveis de capital social com o desenvolvimento humano nos municípios e regiões brasileiras. Assim, partindo do pressuposto que o desenvolvimento humano é adequadamente medido pelo IDH, restam dois desafios: primeiro, desenvolver um indicador sobre capital social no Brasil, e depois analisá-lo em termos de causalidade e correspondência com os indicadores de desenvolvimento humano.

Material e métodos

Medição do capital social

Uma questão relevante é se o capital social pode ser medido? A mensuração do capital social está longe de ser simples. Como observa Herbst (2008), há "uma discrepância entre a percepção teórica sobre o capital social e a fraqueza da conceituação empírica do conceito" (MARKOWSKA-PRZYBYLA, 2012, P.97). O problema da medição do capital social é delimitado por dois grandes problemas. A primeira é que a complexidade do capital social é inadequada para as técnicas tradicionais de análise quantitativa (MARKOWSKA-PRZYBYLA, 2012). Por outro lado, a análise econométrica envolve inerentemente reduções e suposições que mascaram a complexidade das relações de capital social (ENGBERS et al. , 2016).

Engbers et al. (2016) levantam que surpreende o fato de que nos últimos 20 anos, apesar do rápido crescimento de pesquisas com o capital social, não houve muito avanço em sua mensuração. Putnam (1995) incluiu a medição da confiança e de pertencimento em suas pesquisas, reforçadas por pesquisas recentes com Twenge et al. (2014), Saha e Banerjee (2014), Heaney e Rojas (2014) e Walsh et al (2015). Isto não quer dizer que não houve novas evoluções na medição. Uma área que tem mostrado inovação tem sido na medição do capital social em regiões mais abrangentes. Recentes pesquisas sobre como o design urbano está relacionado ao capital social é particularmente promissor (Zhu et al., 2014).

Ainda, Engbers et al. (2016) consideram o capital social como medida de confiança que contempla a adesão formal, a participação, o

altruísmo, a interação informal e as normas compartilhadas. A participação em grupos e a participação tornaram-se um conceito importante de capital social, tanto no nível individual como comunitário. No nível comunitário, o engajamento cívico através do número de organizações dentro de uma comunidade pode ser uma medida forte de capital social, pois sinaliza oportunidades para criar vínculos fortes e inúmeras relações minimizadoras de custos de transação (CASSAR E WYDICK, HUDOYO, 2009, PUTNAM, 2000; RUPASINGHA et al., 2002). Uma importante distinção feita com relação ao uso da associação de grupo como um conceito de capital social foi entre organizações de “tipo Putnam “ (social e cívico) e organizações de “tipo Olson” (busca de renda). Embora ambos sejam considerados uma fonte de capital social, alguns especularam que eles diferem em termos de seu efeito (RUPASINGHA et al., 2002).

Procedimentos empíricos

Dentro dos esforços internacionais de medição do capital social e suas conformações junto ao processo de desenvolvimento humano, a proposta deste trabalho é criar o Índice de Capital Social (ICS) para o Brasil. Lembrando, que por mecanismos diferenciados, mas também com informações de natureza estatística, Putnam (2000), considerado o fundador do conceito de capital social no mundo, fez o mesmo na Itália, buscando explicar as diferenças de desenvolvimento regional entre o Norte e o Sul da Itália, onde uma das variáveis que ajudam a compreender as diferenças são justamente os níveis de capital social.

Para cumprir o objetivo de verificar as relações de correspondência entre os níveis de capital social e desenvolvimento humano no Brasil, o trabalho seguiu as seguintes etapas metodológicas: 1) Foi criado e calculado o Índice de Capital Social (ICS) tentando agregar nele os determinantes do conceito; 2) Através da plotagem de mapas observou-se o ICS em todos os municípios brasileiros. 3) Foram verificadas estatisticamente as correspondências entre o capital social, capital humano e níveis de desenvolvimento humano.

Com base em Putnam (2000), Coleman (1988) e Rodrigues et al. (2012) foi composto o ICS, em duas dimensões: 1) dimensão econômica²; 2) dimensão cívica. A primeira dimensão, demonstra os

² Quando o número de ocupados na semana de referência do IBGE em 2010 do município em 2010, distribuiu-se o excedente (o percentual acima de 100%) na macrorregião (a diferença entre a quantidade de associados e população de ocupados). Foi feita uma distribuição ponderada para cada macrorregional (excedente macrorregional dividido

chamados aspectos econômicos do capital social, que no caso brasileiro, escolheu-se a quantidade relativa de número de associações, cooperativas e grupos informais relacionados à economia solidária. Estes dados foram encontrados no Cadastro de Empreendimentos de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, e pelo número de cooperados cadastrados na Organização das Cooperativas do Brasil. Esta dimensão busca mensurar a participação da sociedade civil na economia através de dados sobre cooperativismo e associativismo.

A segunda dimensão, já mais presente no pioneiro trabalho de Putnam (2000), avalia a existência e atuação dos conselhos municipais de direitos no país. Através de dados disponíveis no IBGE sobre quantidade e quesitos qualitativos da atuação dos conselhos municipais, foi possível avaliar a variedade de conselhos que são legalmente obrigatórios (saúde, educação, tutelar...). Daqueles que surgem voluntariamente (cultura, desenvolvimento, gênero.), e a regularidade de suas reuniões. Assim, foi possível categorizar de um lado, a diversidade de conselhos de direitos existentes nos municípios brasileiros e a qualidade de sua atuação (pela frequência e regularidade das reuniões e níveis de governança).

Os conselhos municipais são instâncias de exercício da cidadania, servindo ao controle social da gestão pública. Os conselhos de direitos sociais no Brasil são os de: educação; saúde; saneamento e habitação. Os conselhos de direitos humanos são os de: criança e adolescente; direitos humanos; de igualdade racial ou similar; de política para as mulheres; de pessoa com deficiência e de direitos à liberdade sexual e de gênero e direitos do idoso. A medição da dimensão cívica relaciona-se com a efetividade da gestão social realizada nestes conselhos.

Assim, a fórmula do ICS municipal utilizada:

Equação 1: Índice de capital social (ICS)

$$ICS = \left\{ \frac{\text{Conselhos existentes}}{\text{Total de conselhos}} \times \frac{\text{Conselhos ótimos e bons}}{\text{Conselhos existentes}} \right\} + \left\{ \frac{\text{Nº de associados e cooperados}}{\text{População total}} \times \frac{\text{Nº de membros participativos}}{\text{Nº de associados e cooperados}} \right\} \quad (01)$$

2

pela população macrorregional de ocupados) para os municípios que não possuíam excedente fazendo a multiplicação da população de ocupados de cada município pela distribuição ponderada macrorregional. Após esse procedimento, normalizaram-se todos os valores dividindo todos pelo maior valor encontrado (município de Cerro Largo – RS).

O ICS pode variar de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o nível de capital social. Os resultados obtidos pela fórmula (1), foram classificados em 5 classes: muito baixo (de 0,0 a 0,2); baixo (de 0,2 até 0,4); médio (de 0,4 até 0,6); alto (de 0,6 até 0,8) e muito alto (de 0,8 até 1,0).

A segunda etapa da pesquisa é verificar no caso brasileiro se existem relações de correspondência entre os níveis de capital social e o desenvolvimento humano. Para Engbers et al. (2016) uma solução adequada para condensar eficientemente múltiplas medidas de capital social, com muitas variáveis, é examinar a correspondência entre todas as variáveis para determinar fatores latentes que estão associados a algumas construções mais do que outros. Esse método encontra fatores de similaridade entre as variáveis e atribui pontuações de carregamento de fatores para mostrar como cada variável está positivamente ou negativamente associada ou relativamente não associada a cada fator.

Para esta verificação quantitativa, foi utilizada a matriz de correlação entre as seguintes variáveis:

	IDH	Escolarização	Qualidade educação	Capital Social	PIB PC
IDH	1,00				
Escolarização		1,00			
Qualidade educação			1,00		
Capital Social				1,00	
PIB PC					1,00

Em termos de correspondência estatística, espera-se auferir para os municípios brasileiros as seguintes relações:

1 - Verificar se o capital social é relacionado com as condições e facilitadores do capital humano;

2 - Verificar se o capital social é relacionado com a geração de qualidade de vida.

3 - Verificar se o capital social é estatisticamente relacionado com a renda per capita.

Sintetizando, por esses procedimentos estatísticos, com o uso da matriz de correlação, espera-se ter elementos para evidenciar os efeitos do capital social para a realidade brasileira, trazendo indícios da natureza dessas relações nos municípios brasileiros.

Resultados e discussões

No caso brasileiro, até mesmo por suas características geográficas de ser um país tropical com grande extensão territorial e variações climáticas e de paisagens, a questão regional é altamente relevante. O censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística – IBGE – mostra que enquanto a classe dos 10% mais ricos da população do Brasil possuía 48,17% de todo o rendimento mensal, a classe dos 20% mais pobres tinha somente 3,98%. O rendimento mensal do 1% mais rico da população corresponde a 17%. Mas a desigualdade de renda não é só em relação às pessoas. O censo de 2010 mostra ainda que Sul e Sudeste do país representam 71,9% do Produto Interno Bruto nacional, enquanto a região norte do país representa apenas 5,3% (IBGE, 2010).

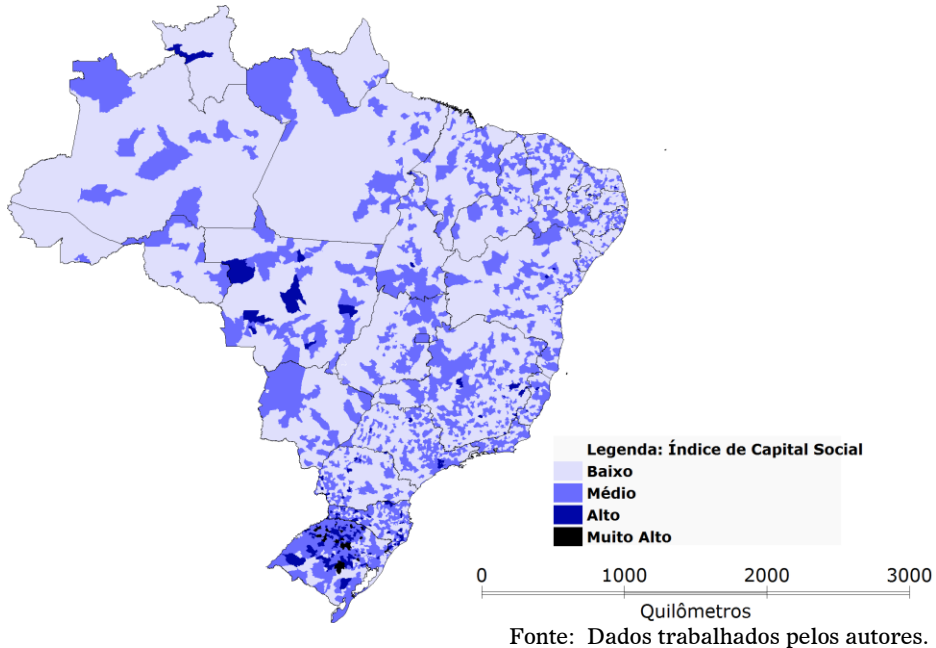
Utilizando-se dados patrimoniais mais recentes da Receita Federal, Salvador (2016) informa que 0,36% da população brasileira detém um patrimônio equivalente a 45,54% do total, ou seja, a concentração de patrimônio é ainda maior que a da renda no país. Considera-se, ainda, que essa concentração de renda e patrimônio está praticamente em cinco estados da federação: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, agravando ainda mais o quadro das desigualdades regionais do país. A variedade brasileira de capitalismo é marcada por uma profunda concentração pessoal e espacial de renda.

Como andam os níveis de capital social no Brasil? A figura traz o Índice de Capital Social (ICS) para todos os municípios do Brasil. A média municipal do Brasil é 0,25, o que classifica o Brasil como um país de baixo capital social. O sul do Brasil tem um ICS de 0,35, o centro oeste de 0,24, o sudeste 0,23, nordeste 0,22 e norte 0,21. Os dados apontam que os níveis de capital social, por esta metodologia auferido, a princípio diferencia-se do fenômeno na Itália, descrito por Putnam (2000), onde as regiões industrializadas apresentam um capital social maior. No caso brasileiro, pelo fato da maior presença de capital social no sul do Brasil, leva a deduzir que a questão cultural é um forte determinante principalmente nas associações para fins econômicos.

Dos 36 municípios brasileiros classificados como tendo um ICS muito alto, 67% estão localizados na região Sul, 11% na região Sudeste, 11% na região Centro-Oeste, 8% na região Nordeste e 3% na região Norte do país. Dos 2387 municípios classificados com um ICS muito baixo, correspondem a: 51% da região Norte, 49% da região Nordeste, 47% da região Sudeste, 41% da região Sudeste e 25% da região Sul. Esses dados, demonstram que o capital social é distribuído de forma

heterogênea no território brasileiro, porém com uma concentração na Região Sul do país (Figura 1).

Figura 01: Índice de Capital Social dos Municípios Brasileiros em 2010.



Nas duas dimensões do capital social que foram agrupadas, observam-se fenômenos com características distintas. A denominada dimensão cívica que diz respeito à existência de conselhos de direitos social e humano e à regularidade de reuniões realizadas nesses conselhos, nota-se um certo espraiamento do fenômeno por todo o território nacional, com destaque para os estados de Santa Catarina (0,48), Rio Grande do Sul (0,44), Mato Grosso (0,44), São Paulo (0,42), Rio de Janeiro (0,48), Ceará (0,46), Rio Grande do Norte (0,4), Sergipe (0,4), Tocantins (0,46) (Figura 2).

Já a chamada dimensão econômica do capital social, que se refere à existência de formas de associação econômica, notadamente as cooperativas e outras formas de organização da economia solidária, observa-se uma prevalência do fenômeno na região Sul do Brasil, notadamente no estado do Rio Grande do Sul (0,46). Também, merece destaque, a ocorrência do fenômeno em Santa Catarina (0,29), Acre (0,18) e Mato Grosso (0,17) (Figura 3).

Figura 2: Dimensão cívica do Capital Social dos Municípios Brasileiros em 2010.

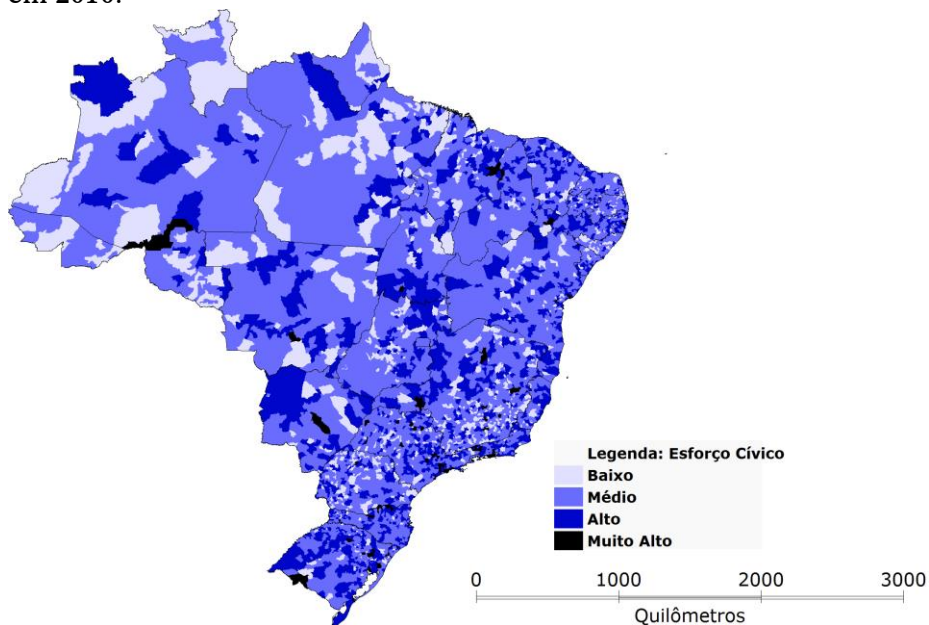
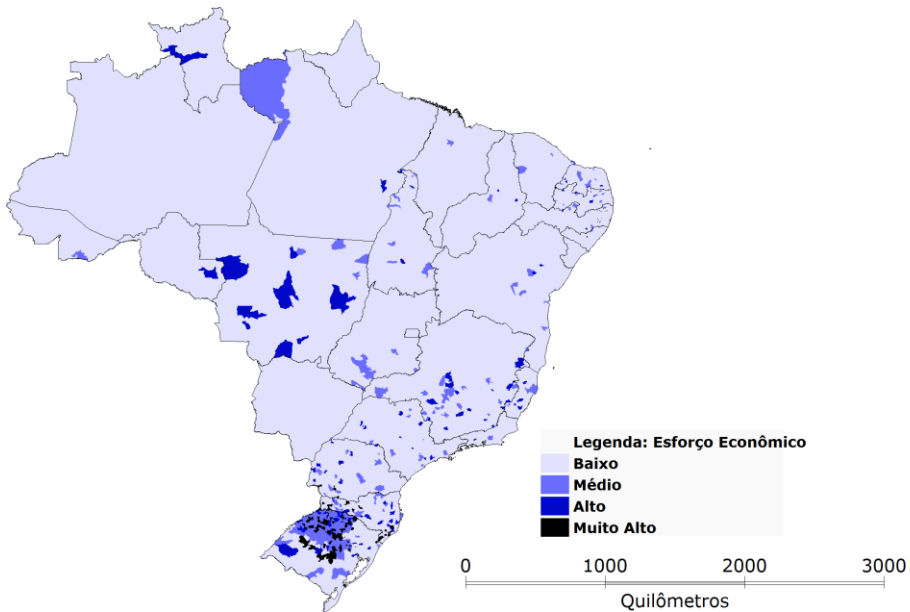


Figura 3: Dimensão econômica do Capital Social dos Municípios Brasileiros em 2010.



A seguir, foram colocadas todas estas variáveis em uma matriz de correlação para verificar as correspondências entre capital social com o desenvolvimento humano.

Tabela 1: Matriz de correlação do capital social no Brasil

	IDH	Escolarização	Qualidade educação	Capital Social	PIB PC
IDH	1,00				
Escolarização	0,65	1,00			
Qualidade educação	0,54	0,33	1,00		
Capital Social	0,33	0,24	0,15	1,00	
PIB PC	0,45	0,22	0,23	0,17	1,00

Fonte: Dados trabalhados pelo autor.

Foi constatada a relação positiva (0,33) entre os níveis de capital social com os níveis de qualidade de vida, corroborando com os resultados que o trabalho de Rodrigues et al. (2012) para uma microrregião brasileira. A relação positiva entre capital social com os níveis de escolarização (0,24) e qualidade de educação (0,15) também demonstra que os níveis de capital social podem ser conformadores de melhores condições para o surgimento e aprimoramento do capital humano, também corroborando a hipótese seminal do trabalho de

Coleman (1988). Por fim, a relação positiva existente entre capital social e os níveis do PIB per capita (0,17) também corroboram os resultados que Putnam (2000) encontrou para a Itália, neste ponto específico que envolve maiores padrões de renda.

Considerações finais

É um esforço internacional a observação e mensuração do capital social, bem como com suas relações com o desenvolvimento dos países e suas regiões. O processo de desenvolvimento é fortemente afetado pela forma como as instituições funcionam e a efetividade de seus resultados, e isto tem uma ligação direta com fatores extra econômicos, como o capital social.

O grande mérito deste trabalho foi conseguir calcular um Índice de Capital Social (ICS) a partir de uma base de dados municipais que cobriu todo o território brasileiro. Ao se conseguir resultados que corroboram os resultados de estudos reconhecidos no cenário internacional, demonstram inicialmente que a metodologia de mensuração utilizada neste trabalho para o caso brasileiro está no caminho certo e pode ser extrapolada, com as devidas adequações para outros países.

O resultado da pesquisa apontou para o capital social como facilitador da ação dos atores econômicos, que através da confiança interpessoal cooperam para o benefício mútuo. Foi constatada a relação positiva (0,33) entre os níveis de capital social com os níveis de qualidade de vida, corroborando os resultados que o trabalho de Rodrigues et al. (2012) para uma microrregião brasileira. A relação positiva entre capital social com os níveis de escolarização (0,24) e qualidade de educação (0,15) também demonstra que os níveis de capital social podem ser conformadores de melhores condições para o surgimento e aprimoramento do capital humano, também corroborando a hipótese seminal do trabalho de Coleman (1988). Por fim, a relação positiva existente entre capital social e os níveis do PIB per capita (0,17) também corrobora os resultados que Putnam (2000) encontrou para a Itália, neste ponto específico que envolve maiores padrões de renda.

Isto é, através dos dados que foram colhidos e tratados em fontes secundárias de informação sobre o associativismo/cooperativismo e os conselhos municipais de direitos humanos e sociais, verificou-se que estes são elementos importantes para o desenvolvimento regional brasileiro. Isso abre, sem dúvida, um

debate que não é tradicionalmente realizado quando se discute estratégias de desenvolvimento regional no Brasil.

Entretanto, uma pesquisa feita sobre capital social, cujo recorte para obtenção de dados são as características dos municípios e suas instituições, obviamente que alguns elementos que são fundamentais na percepção do capital podem não ser captados, tais como a confiança interpessoal e institucional. O que apenas reforça a criação de uma agenda para estudos de capital social no Brasil que consiga realizar mensurações e análises de correspondência no nível micro e no nível macro, conforme caminha hoje esse escopo no cenário científico internacional.

Referências bibliográficas

AGAMPODI, T. C.; AGAMPODI, S. B.; GLOZIER, N.; SIRIBADDANA, S. Measurement of social capital in relation to health in low and middle income countries (LMIC): A systematic review. **Social science & medicine** [0277-9536] Agampodi, Thilini, vol:128 pág:95 -104, 2015.

BOURDIEU, P. **O Capital Social – Notas Provisórias**. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, p. 251, 1980.

CHRISTOFOROU, A., & DAVIS, J. B. (2014). **Social capital and economics: Social values, power, and social identity (Vol. 20)**. New York: Routledge, 2014.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**. 94 (supplement), p. S95-S120, 1988.

COOK, K. S. Networks, norms, and trust: The social psychology of social capital* 2004 cooley mead award address. **Social Psychology Quarterly**, 68(1), 4–14, 2005.

CRONINGER, R., & LEE, V. Social capital and dropping out of high school: Benefits to at-risk students of teachers' support and guidance. **The Teachers College Record**, 103(4), 548–581, 2001.

DURSTON, J. **¿Qué es el capital social comunitario?** Santiago de Chile. Publicación de las Naciones Unidas. Series Políticas Sociales. Nº 38, julho de 2000.

ENGBERS, T.A., THOMPSON, M.F. & SLAPER, T.F. Theory and Measurement in Social Capital Research. **Soc Indic Res** (2016). DOI:10.1007/s11205-016-1299-0

FARR, J. Social capital a conceptual history. **Political Theory**, 32(1), 6–33, 2004.

FINE, B. **Social capital versus social theory: Political economy and social science at the turn of the millennium (Vol. 5)**. Oxfordshire: Psychology Press, 2001.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Tradução Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 455.

FURLANETO, E. L. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia Política, Curitiba**, v. 16, número suplementar, p. 55-67, agosto, 2008.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the problem of the embeddedness. **American Journal of Sociology, Volume 91**, 481-510, 1985.

HEANEY, M. T., & ROJAS, F. (2014). Hybrid activism: Social movement mobilization in a multimovement environment. **American Journal of Sociology**, 119(4), 1047–1103, 2014.

HIGGINS, S. S. **O capital social como infra-estrutura de iniciativas produtivas: estudo de caso de um projeto agroindustrial na Colômbia**. 2008. 3448p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) e École Doctorale des Sciences Sociales, Université Paris-Dauphine (França). Florianópolis. SC. 2008.

IBGE. **Banco de Dados Agregados**, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?e=v&t=4&p=CD&z=t&o=3>. Acesso em: 21 ago. 2013.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros – 2011**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/defaulttabzip_xls.shtm>. Acesso em: 21 ago. 2013.

KNACK, S., & KEEFER, P. Does social capital have an economic payoff? A cross-country investigation. **The Quarterly Journal of Economics**, 112(4), 1251–1288, 1997.

MTE / SENAES. **Atlas da Economia Solidária**, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>. Acesso em: 21 ago. 2013.

NANNICINI, T., STELLA, A., TABELLINI, G., & TROIANO, U. Social capital and political accountability. **American Economic Journal: Economic Policy**, 5(2), 222–250, 2013.

PESSALI, D. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Revista Nova Economia, Belo Horizonte**, v. 20, p. 11-37, janeiro-abril, 2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/download/>>. Acesso em: 22 out. 2013.

PORTES, A. Downsides of social capital. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 111(52), 2014.

PORTES, A. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, 24, 1–24, 1998.

PUTNAM, R. D. Social capital: Measurement and consequences. **Canadian Journal of Policy Research**, 2(1), 41–51, 2001.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: The collapse and revival of American community**. New York City: Simon and Schuster, 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 257.

PUTNAM, R. D. Tuning in, tuning out: The strange disappearance of social capital in America. **Political Science & Politics**, 28(04), 664–683, 1995.

RENNÓ, L. R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia Política, Curitiba**, v. 21, p. 71-82, 2003.

ROTHSTEIN, B. Social capital in the social democratic welfare state. **Politics & Society**, 29(2), 207–241, 2001.

SAHA, M., & BANERJEE, S. **Training and development of employees of SMEs: A social capital perspective**. Review of HRM, 3, 196, 2014.

SALVADOR, E. **Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária: com Base nos Declarantes do Imposto de Renda no Brasil 2007—2013**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, 2016. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2016/perfil-da-desigualdade-e-da-injustica-tributaria/>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STORY, W. T.; TALEB, F.; AHASAN, S.M.; ALI, N. A. Validating the Measurement of Social Capital in Bangladesh. **Qualitative Health Research Vol. 25, Issue 6, pp. 806 – 819, April-09-2015**. DOI: 10.1177/1049732315580106

TWENGE, J. M., CAMPBELL, W. K., & CARTER, N. T. Declines in trust in others and confidence institutions among American adults and late adolescents, 1972–2012. **Psychological Science, 2014**. Doi:10.1177/0956797614545133.

WALSH, D., MCCARTNEY, G., MCCULLOUGH, S., VAN DER POL, M., BUCHANAN, D., & JONES, R. Comparing levels of social capital in three northern post-industrial UK cities. **Public Health, 129(6), 629–638, 2015**.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society, 27(2), 151–208, 1998**.

ZHU, X., YU, C. Y., LEE, C., LU, Z., & MANN, G. A retrospective study on changes in residents' physical activities, social interactions, and neighborhood cohesion after moving to a walkable community. **Preventive medicine, 69, S93–S97, 2014**.